

ETNOMIDIALOGIA E A INTERFACE COM O POLITICAMENTE CORRETO

Ricardo Alexino Ferreira

Professor efetivo e em dedicação exclusiva da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). É Livre-docente pela USP (2011); doutor em Ciências da Comunicação pela USP (2001), onde também fez o mestrado em Ciências da Comunicação (1993). Realizou estágio/atividade docência na Euskal Herriko Unibertsitatea/Universidad del País Vasco, em Bilbao, Espanha, no Programa de Cooperación Interuniversitaria de la Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI), do Ministério de Assuntos Exteriores do Governo Espanhol, através do convênio Intercampus Profesores. É líder do Grupo de Pesquisa Midialogia Científica e Especializada (cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq). E-mail alexino@usp.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo entender o processo de construção da contemporaneidade envolvendo os grupos sócio-acêntricos, ou seja, aqueles segmentos com pouca representação social e política. Ao analisar esse fenômeno é possível verificar que o politicamente correto se insere nesse processo no momento em que a comunicação midiática precisa encontrar terminologias apropriadas e não estereotipadas para nomear esses segmentos. Os fatores que levam à essa preocupação são multifatoriais, envolvendo desde a pressão dos movimentos sociais segmentados, que criticam as produções desses veículos, até a mudança da condição de coisificados para cidadãos dos grupos sócio-acêntricos. Paradoxalmente, o termo politicamente correto sofre embates e é tido, em muitos momentos históricos, como censura aos meios. Para lidar com tais contradições este artigo navega na Etnomialogia, que é um conceito ainda novo nos estudos da Comunicação, em sua interseção com a diversidade étnico-cultural, de gênero, de orientação sexual e outras, permitindo entender a comunicação midiática no seu sentido multi e transmidiático e como um sistema integrado, interdisciplinar e especializado. Procura também entender o politicamente correto nesse processo e a sua contemporaneização.

Palavras-chave: Comunicação; Etnomialogia; Representações; Sócio-acêntricos; Mídia

Resumen

Este artículo tiene como objetivo entender el proceso de construcción de la información en el actual socio-acéntrico que implica, es decir, aquellos segmentos con poca representación social y política. En el análisis de este fenómeno es posible ver que la corrección política es parte de este proceso en el momento en los medios de comunicación que considere oportuno y no estereotipada de la terminología para nombrar a estos segmentos. Los factores que conducen a esta preocupación son multifactoriales, la participación de la presión de los movimientos sociales focalizadas, que critican a las producciones de estos vehículos para cambiar el estado de objetivado para los ciudadanos de socio-acéntrico. Para hacer frente a estas contradicciones, navega en este Etnomialogia artículo, que es todavía un concepto nuevo en los estudios de comunicación en su intersección con la diversidad étnico-cultural, género, orientación sexual y de otro tipo, que permite la comunicación para entender su significado en los medios de comunicación múltiples y transmidiático y como. integrado, interdisciplinario y especializado También se trata de comprender lo políticamente correcto en este proceso y su contemporaneización.

Palabras clave: Comunicación; Etnomialogia; Representaciones; Socio-acéntrico, Medios de Comunicación

Introdução

Este artigo traz elementos abordados pelas pesquisas que defendi na Universidade de São Paulo: *Os critérios de noticiabilidade da mídia impressa na cobertura de grupos sócio-acêntricos em abordagem etnomidialógica*, tese de Livre-docência; *Olhares negros: estudo da percepção crítica de afro-descendentes sobre a imprensa e outros meios de comunicação* (tese de Doutorado) e *A representação do negro em jornais no Centenário da abolição da escravidão no Brasil* (dissertação de Mestrado). São pesquisas que se inserem nos estudos da Comunicação sobre os grupos sócio-acêntricos desenvolvidos nas últimas décadas.

Nesse processo, percebe-se que a forma como nomear os grupos sócio-acêntricos vai adquirindo grande importância, principalmente no final dos anos 80, quando é possível verificar mudanças significativas não só no Brasil como no restante do mundo envolvendo questões étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e tantas outras. Ou seja, a questão da diversidade entra nas pautas jornalísticas e políticas e junto dela o termo “politicamente correto”.

Entende-se aqui que o politicamente correto marca historicamente esses períodos. Ao se tentar nomear adequadamente os segmentos sócio-acêntricos há uma percepção em que os indivíduos que compõem tais grupos são retirados da situação de coisa e içados para o *status* de cidadãos. Por outro lado, há uma percepção na Comunicação que os textos e as palavras trazem em si enunciados das relações sociais.

A diversidade é entendida aqui neste artigo a partir do termo sócio-acêntrico, que tem o sentido conceitual de segmentos sociais, étnicos e de gênero, dentre outros, que, independente da quantidade, têm pouca representação social, política e econômica (inserção no mercado de trabalho, ocupação de cargos de poder e outros) e tem como equivalentes históricos as expressões “minorias”, “grupos minoritários” ou “grupos minorizados”.

Historicamente é possível perceber a alteração dos termos que tratam a diversidade nos estudos da Comunicação. Em um primeiro momento, o termo adotado era o de grupos minoritários (utilizado com ênfase na Sociologia), principalmente nas décadas de 70 e 80. No entanto, o termo começou a provocar confusão semântica já que muitas pessoas atribuíam a esses grupos características quantitativas (composto por poucos indivíduos), levando a distorções da realidade.

Por exemplo, no Brasil o segmento afro-brasileiro corresponde a um número expressivo da população, mas é considerado um “grupo minoritário”. Daí, a utilização do termo minorizado, nos anos 90, em estudos que abordavam a questão da diversidade e etnia em Comunicação, para evitar tais conflitos semânticos.

No entanto, o termo “minorizado” mostrou-se impreciso em sua significação e

tenho usado o termo sócio-acêntrico, a partir da minha tese de Livre-docência, que possibilita um entendimento mais apropriado da diversidade na contemporaneidade e no campo da Etnomialogia.

Neste artigo, parte-se ainda da perspectiva que na contemporaneidade existem tendências marcantes de transmutação da sociedade de informação, como meio de criação de conhecimento, para a sociedade midiática, implicando em conjuntos de mudanças significativas e paradigmáticas e exigindo a construção e reconstrução de novas teorias midiáticas e novas práticas profissionais.

Percebe-se que há no momento uma tendência acentuada para a convergência das mídias e também a construção de outras identidades midiáticas e culturais ao mesmo tempo em que há simplificação por parte da imprensa em retratar tais fenômenos. Ou seja, a imprensa está imersa em paradoxos e, por vezes, contradições em que há avanços e retrocessos nos mesmos campo e espaço.

No caso, para compreensão desses fenômenos, principalmente em sua interseção com a diversidade étnico-cultural, tenho também usado o termo Etnomialogia, que permite entender a comunicação midiática no seu sentido multi e transmidiático e como um sistema integrado, interdisciplinar e especializado. Existem termos que são aproximações como “mídia e etnia”, “mídia e diversidade”. Porém, esses termos inviabilizam pensar a questão da diversidade/etnia e a sua interseção com a Comunicação como um campo que vem se consolidando nos últimos anos. Assim, o termo Etnomialogia, que também é amplamente discutido em minha tese de Livre-docência objetiva a construção de um campo teórico, mais afinado com as questões da contemporaneidade, envolvendo o campo da Comunicação.

1. Afirmação e negação do politicamente correto: polissemia

Nos anos 90 a imprensa brasileira insere com mais frequência em suas pautas os sócio-acêntricos, que são grupos com poucas representações sociais e políticas. Esse fenômeno é percebido porque nesse período, recém-saída da égide da ditadura militar, a imprensa brasileira toma para si o papel de Ministério Público, em que cidadania e direitos humanos passam a ter espaço em seus agendamentos. Dessa forma, a maneira de nomear os grupos sócio-acêntricos se torna um desafio: negro, preto ou afro-brasileiro; homossexualismo, homossexualidade ou homoafetividade; velho ou idoso. É nesse contexto que a expressão politicamente correto vai tomando o linguajar dos profissionais de Comunicação até se tornar domínio público.

Transforma-se em um conceito bastante falado, porém pouco entendido e, paradoxalmente, considerado como censura. Apesar dos inúmeros equívocos e distorções a que é submetido o conceito, o politicamente correto pontua uma época em que a questão da

diversidade adentra as pautas da imprensa, do humor, da política, enfim, da sociedade.

Nesse cenário paradoxal, o politicamente correto possibilitou, ainda, certo avanço nos estudos da Etnomídiologia justamente por redefinir terminologias associadas aos grupos sócio-acêntricos, permitindo dessa forma verificar a coerência editorial dos próprios meios.

Porém, no senso comum não só de diferentes setores da sociedade mas também entre os profissionais da Comunicação, o politicamente correto ainda é tido como sinônimo de censura, de privilégios ou simplesmente como galhofa, quando se quer ridicularizar uma situação envolvendo algum segmento sócio-acêntrico. Transmutou-se em um termo polissêmico e negativamente adjetivado. Há até os que se orgulham e se autoproclamam “politicamente incorretos”. (Ferreira, 2001)

Na produção da Comunicação Social brasileira o conceito é sistematicamente visto com restrições. O mesmo acontece no meio acadêmico. Porém, constata-se que existem poucos trabalhos que abordam com seriedade o tema.

Conforme o sociólogo Luiz Eduardo Soares as argumentações contrárias ao politicamente correto são muitas e derivam de um pensamento elitista:

Não creio que estivesse sendo injusto se afirmasse que há, no Brasil, hoje, um amplo consenso, quase uma unanimidade em torno da repulsa ao ‘politicamente correto’. Refiro-me ao conjunto daqueles que já ouviram falar do assunto, o que, por sua vez, requer acesso privilegiado a informações de procedência internacional. Portanto, trata-se de um consenso entre elites. Os significados atribuídos ao ‘politicamente correto’, segundo o brasileiro elitizado, oscilariam entre posições dos seguintes tipos: (1) ‘trata-se de manifestação do histerismo fanático norte-americano, que castra o humor, mata a espontaneidade humana e disciplina todas as relações interpessoais’; (2) ‘trata-se de manifestação de intolerância de inspiração puritana e conservadora, que enseja a produção de identidades sociais artificialmente depuradas de qualquer carga de ambivalência, expressando uma cultura fortemente racionalista e autoritária’; (3) ‘trata-se do nome dado a uma pretensão equivocada e perigosa, no limite totalitária, de definir uma gramática unívoca do comportamento socialmente aceitável’. Essa última posição apoia-se no argumento de que, sendo a política matéria de inescapável dissenso, qualquer tentativa de definir critérios de justiça implicaria postulados essencialistas e acarretaria, na prática, controle autoritário e anulação do dissenso e das próprias diferenças. (SOARES, 1997: 4)

O politicamente correto (*political correctness*) surge nos Estados Unidos da América no início da década de 90, dentro do meio acadêmico, com o objetivo de repensar como o racismo e o sexismo estavam sendo refletidos na instrução, na língua e no conteúdo do currículo. Conforme Ellis Cashmore:

Os termos e textos não carregam consigo pensamentos; eles os perpetuam, frequentemente, de uma maneira não reflexiva. Além dos casos mais óbvios em que termos como 'negro' ou suas analogias eram usados de maneira degradante, com um tom abusivo implícito, o politicamente correto verificou cuidadosamente todos os significados possíveis de palavras como 'beleza', 'corpulento', 'querido' e 'líder'. Qualquer palavra com uma vaga inferência sexista ou racista, ou que refletisse negativamente pessoas prejudicadas de alguma forma, idosas ou jovens, era considerada um anátema. (CASHMORE, 2000: 430)

O politicamente correto teve em sua formação e trajetória inspirações diversas que passam por Michel Foucault, quando ele faz referências ao binômio poder/conhecimento, ou seja, a produção do intelecto e da imaginação não representam tanto a capacidade dos autores que as produzem, mas são as relações de poder e as ideologias que definem os limites do discurso (o contexto no qual o conhecimento é produzido); por Roland Barthes, que vai afirmar que o mundo não é experienciado como uma série de fatos, mas de sinais codificadores numa língua, ou seja, pode-se descobrir códigos e convenções invisíveis por meio dos quais os sentidos das experiências são aceitos; por Jacques Derrida, que vai afirmar que a língua é um instrumento, mas não um instrumento neutro. (Cashmore, 2000: 430).

Apesar de toda a fundamentação teórica que sustenta o politicamente correto, a sua pragmática implicou em medidas pouco "populares", como repensar currículos e livros didáticos, abalamento das mensagens dos meios de comunicação de massa e a proposta de substituição de termos que poderiam trazer em si inferências sexista ou racista ou prejudiciais a segmentos sócio-acêntricos diversos.

Conforme Moacyr Scliar,

A linguagem, a capacidade de comunicação através das palavras é o aspecto mais característico da espécie humana. Mas a linguagem não é apenas comunicação. Ela é também um veículo de crenças, de valores de modelos comportamentais, e como tal tem uma história. A palavra *whore*, prostituta, torna-se comum no século XI; no século XIV, o termo ofensivo passou a ser *bitch*, cadela; no século XVIII, *cow*, vaca. Similarmente, *darling*, querida, é do século VIII e *honey*, mel, doçura, do século XIV. (SCLIAR, 1994: 10)

A definição para o politicamente correto mais completa, no entanto, pode ser atribuída a Luiz Eduardo Soares. Para ele,

O 'politicamente correto' diz respeito, ainda que de maneira vaga e polissêmica, a um processo em curso, aberto e de conseqüências imprevisíveis, de renovação dos hábitos cotidianos, a um processo de renovação do que nós poderíamos chamar educação vulgar e básica. Com um vocabulário mais pretensioso, poder-se-ia dizer que se trata de um processo de redefinição de parâmetros éticos e de modelos de orientação micropolíticos. (SOARES, 1997: 5)

As reações ao politicamente correto são tantas que até mesmo quem defende este tipo de conceito e pensamento muitas vezes acaba esbarrando na caricatura. Este é o caso do *Dicionário do politicamente correto*, do escritor e editor Henry Beard e do também escritor Christopher Cerf, cuja obra é apoiada pela organização não-governamental American Hyphen Society, localizada na Pensilvânia (EUA), que se dedica à pesquisa educacional e ao apoio de grupos sócio-acêntricos. O lema desta instituição é: “Foi necessário destruir a linguagem para poder salvá-la”. (Beard, 1994).

O dicionário aponta com bom humor a utilização de termos e expressões politicamente corretas e incorretas. No entanto, a linha entre o bizarro, o *non-sense* e a seriedade acadêmica e política é tênue.

Assim é possível ler que o saqueador e o assaltante de loja devam ser referidos como “comprador não-tradicional”; o jornal, “carcaça vegetal processada”; morto, “terminalmente prejudicado”; careca, “pessoa com um tipo especial de organização capilar, desvantajado capilarmente, pessoa com proposta capilar alternativa”; branco, “pobre em melanina, geneticamente opressor”; homem branco, “racista, sexista”; casamento, “estupro legalizado, prostituição oficializada”; marido, “estuprador legalizado”; namorada, “sobrevivente do estupro consentido”; paquera, “assédio ao ar livre”; baixo, “verticalmente prejudicado”; dona-de-casa, “sobrevivente de encarceramento doméstico, trabalhadora não-remunerada, artista doméstica, ecologista humana”; ovo, “produto roubado de animal não-humano”; grávida, “oprimida por um parasita humano”; pensão alimentícia, “salário retroativo”. (Beard, 1994).

Colocados desta forma, os termos tomam outra dimensão e acabam por endossar as inúmeras piadas feitas em cima do conceito politicamente correto, levando à trivialização.

No entanto, no mesmo dicionário é possível encontrar outros termos que possibilitam alguma reflexão. Com forte tendência anti-sexista, o dicionário propõe que o termo “seminário” seja substituído por “ovário ou ovulário, especialmente quando há mulheres entre os participantes”. Na verdade, o termo “seminário” vem do latim *seminariu* e tem o sentido de criação e produção. Neste sentido, o dicionário deixa a entender que as sociedades humanas buscam uma “masculinização da maternidade”. Aliás, neste verbete é colocado que:

As tentativas que o homem faz para se apossar da maternidade expressam-se de várias maneiras: 1) por mitos patriarcais que tentam reverter a realidade: Eva nasce de Adão, Atenas surge de Zeus; 2) pelas atividades de obstetras e ginecologistas, que confiscam poderes das mulheres e resultam em confusos e destrutivos simulacros da maternidade e 3) pelo esforço masculino de se autogerar, mediante necrológicas técnicas de reprodução que reduzem as mulheres à condição

de incubadoras ou receptáculos e são inerentemente dirigidas à aniquilação das mulheres. (BEARD, 1994: 49)

Ao se referir a grupos sócio-acêntricos, como negros, mulheres, homossexuais, indígenas e outros, o *Dicionário* parece ser tomado por uma sobriedade, que modifica substancialmente a obra. Assim, no verbete “afro-americano” é colocado o seguinte:

Segundo o Departamento de Assuntos Estudantis do Smith College, este é um dos vários termos que se referem aos cidadãos norte-americanos de origem africana. É geralmente considerado mais apropriado do que ‘negro’ porque evoca uma conexão com o continente de origem. De outra parte, lembra o lingüista Robert B. Moore, ‘o simbolismo de branco como positivo e preto como negativo está muito disseminado em nossa cultura’. Entretanto, o termo ‘Afro-Americano’ também deve ser usado com cuidado, adverte a Sociedade dos Amigos do Programa de Relações Multiculturais da Escola de Jornalismo da Universidade de Missouri, pois há pessoas que preferem ser chamadas pelo termo ‘negro’. (BEARD, 1997: 19)

Ainda abordando o segmento afro-descendente, o dicionário cria um outro termo o “afro-americano europeizado”, que é aquele afro-americano

cujo comportamento seria considerado racista se não fosse impossível, por definição, que o membro de um grupo sem poder institucional pratique esta forma de discriminação. O termo foi criado na Universidade de Cincinnati para descrever um estudante afro-americano que gritava ‘Fora, árabes!’, durante uma manifestação de apoio à Guerra do Golfo. (BEARD, 1997: 19-20)

Outros termos ainda vão ser colocados como “afrocentrismo”, “visão de mundo afro-americana”, “multiculturalismo” (que implica em um amplo e pluralista movimento social que, através da celebração da diferença, preconiza uma visão de mundo mais tolerante e abrangente).

Apesar de haver maior atenção para o grupo sócio-acêntrico negro (ou afro-descendente), o fenômeno da seriedade no tratamento dos termos se mantém na mesma linha ao tratar outros grupos como judeu (“pessoa judaica”), índio (“pessoa indígena”), oriental (“asiático-americano”), tribo (“nação, povo”), velhice (“maturidade”), gay (*queer*) e outros.

O *Dicionário do politicamente correto* propõe, por exemplo, que o termo *queer* deva ser utilizado seguindo orientação de grupos *gays*. Segundo ele, o tradicional termo *gay* para designar homossexual, teria sofrido críticas por parte de homossexuais femininas: *gay* estaria associado a brancos, classe média e assimilacionistas. Para driblar o termo *gay*, o grupo “Queer Nation” propõe o uso da expressão *queer*. No entanto, *queer*, conforme consulta no *Britannica Online*, quando substantivo significa “pessoa estranha, homossex-

ual, esquisito”; quando adjetivo, “esquisito, homossexual, misterioso, raro, extraordinário, adoentado” e como verbo, “atrapalhar, estragar, colocar alguém em má situação, levar contra a parede, arriscar”. É interessante observar que há neste caso uma legitimação e resgate de um termo negativo para designar um grupo sócio-acêntrico, justamente o oposto que os outros grupos tentam fazer.

É interessante, porém, observar que o próprio *Dicionário do politicamente correto* faz restrições ao termo “politicamente correto”, quando afirma que a expressão foi apropriada pela elite branca no poder como instrumento para atacar o multiculturalismo e, por isso mesmo, deixou de ser politicamente correta:

Os reacionários adotaram o termo [refere-se ao politicamente correto] numa tentativa pouco sutil de silenciar os ‘multiculti’ (os proponentes do multiculturalismo), não é mais politicamente correto dizer ‘politicamente correto’. Os pesquisadores da American Hyphen Society [refere-se à ONG norte-americana que cuida dos direitos dos grupos minorizados] deram-se conta disto tarde demais para que pudéssemos retirar estas palavras ofensivas do título deste livro, pelo que nos desculpamos profundamente. (BEARD, 1997: 50)

A proposta que eles apresentam para a substituição do termo “politicamente correto” é a substituição pela expressão “Unidades léxicas adjetivais adverbialmente pré-modificadas”, ou seja, a forma lingüística mais utilizada na construção de uma linguagem culturalmente apropriada.

A sensação que o *Dicionário do politicamente correto* dá é que ele pode ser um primeiríssimo esboço, rascunho, da discussão do termo politicamente correto. Isso porque ele demonstra ser maniqueísta ao extremo, supervalorizando grupos e menosprezando outros, chegando quase sempre ao limite do caricatural; porém, ele sistematiza, mesmo que precariamente, a trajetória histórica das expressões. No entanto, a literatura no Brasil sobre o tema ainda é bastante escassa.

As problemáticas que o politicamente correto levanta nas sociedades contemporâneas são muitas e expõe sobremaneira o papel da imprensa. Por outro lado, nos remete a questões básicas: se é ele que interfere no cotidiano ou é o cotidiano que interfere nele; quais as melhores terminologias e o que é ou não ofensivo (não apenas no sentido moral, mas também no sentido legal).

Na sociedade brasileira, o uso dos termos corretos destinados ao segmento negro não é fácil e nem está de todo assimilado pelo cotidiano. Expressões como afro-descendentes e afro-brasileiros têm circulação restrita a uns poucos grupos mais esclarecidos da questão étnica. O termo negro ainda é utilizado com restrição, pois pode ser “ofensivo”. E os termos pretos, negão e crioulo, dentre outros, marcadamente estereotipados e estigmatizantes, são usados em situações em que se pretende provocar a discriminação, quase

sempre vêm acompanhados de sentimentos de raiva ou repulsa.

No entanto, estes mesmos termos, conforme o grau de intimidade com o interlocutor e mesmo a melodia vocal proferida podem ter outro caráter. Pode ser uma forma carinhosa e afetuosa de tratamento. Ou seja, os termos têm de estar contextualizados em forma e conteúdo para a sua compreensão social.

O psicólogo Ricardo Franklin Ferreira inicia sua tese de Doutorado a partir de uma observação inquietante feita por ele, sobre a dificuldade que se tem de nomear determinados segmentos, como os de afro-brasileiros.

Franklin Ferreira levanta uma série de questionamentos a partir do fato presenciado:

Se a pessoa for chamada de 'negra' (...) sentir-se-á valorizada ou ofendida? É consenso entre os afro-descendentes o uso da denominação 'negro', ou é um termo usado somente na academia e em alguns movimentos negros? No caso de pessoas com tez mais clara, o uso do adjetivo 'negro' é adequado? Há consenso entre a percepção de um observador em relação ao afro-descendente e a percepção que este tem de si mesmo quanto às suas características etno-raciais? É possível que uma pessoa se considere branca e seja vista por outra como negra?" Para ele, as formas de negação são os inomináveis, que interferem geralmente de maneira inconsciente nas relações pessoais e são potentes disfarces de uma atitude fundamental – a rejeição. (FERREIRA, 2000: 18)

Apesar de toda as reações contrárias que o politicamente correto vem suscitando em diferentes grupos sociais, é possível observar que na sociedade atual existe cada vez mais preocupação na adequação da linguagem às necessidades e comportamentos cotidianos.

Em um *site* da internet, especializado em motociclismo e voltado para divulgação e venda de motocicletas, é destacado em uma das páginas relativas às dicas de pilotagem, que existe uma diferença entre os termos “motoqueiro” e “motociclista”. No *site* são apontados os seguintes conceitos: “Anote esta diferença em seu dicionário: a expressão motoqueiro é inadequada. Utilize sempre a expressão motociclista. A expressão motoqueiro denota ser aquele que utiliza a motocicleta de forma irresponsável, sem a preocupação com segurança ou com as leis do trânsito. O motociclista está sintonizado e consciente de sua responsabilidade no trânsito, busca emoção com segurança.”¹

O mais interessante é observar que um *site* comercial tem este tipo de preocupação. Ao verificar no *Dicionário Aurélio*, os termos (“motoqueiro” e “motociclista”) são sinônimos, sem nenhuma diferenciação semântica². Porém, o *site* dá um sentido conceitual à palavra, ou seja, utiliza-se do politicamente correto para fazer compreender que todo piloto

de motocicleta deva ser motociclista e não motoqueiro.

Atualmente, um terceiro termo para designar quem se utiliza de veículos motorizados de duas rodas vem temperar a sopa semântica: “motoboy”. É interessante observar que o estereótipo deste tipo de prestador de serviço, que faz entregas diversas, vem acompanhado de um outro termo pejorativo, “cachorro louco”, justamente pela sua característica intempestiva de pilotar (característica esta, imputada pela sociedade como um todo e assimilada pelos motoboys). Já houve até quem nomeasse os motoboys de “os cavalheiros do apocalipse”. Este estereótipo, marcadamente negativo, acabou se estendendo a todos os usuários de motocicleta.

Em algumas narrativas de telejornais, em que aparece alguém de motocicleta, logo ele é chamado de motoqueiro ou genericamente de motoboy. O termo motociclista é pouco utilizado pela imprensa.

Porém, nem todo usuário de motocicleta é motoboy. Seria como chamar todo motorista de veículo particular de motorista de Táxi ou, pejorativamente, chamar a todos de “racheiro” (aquele que promove competições ilegais de alta velocidade na ruas entre os carros e são motoristas displicentes no trânsito).

Esse tipo de estereótipo (assim como todo estereótipo) busca a simplificação, a adjetivação e o agrupamento de categorias. Desta forma, torna-se mais fácil atribuir que todo motoboy é “cachorro louco” e, portanto, motoqueiro. E, nesta linha de pensamento, todo motoqueiro seria potencialmente um delinqüente, um “cavalheiro do apocalipse” e, portanto, o seu único destino só pode ser o de provocador de acidentes. Esta série de associações envolve um nível de complexidade tão grande que acaba permeando por toda a sociedade e envolvendo até mesmo o cotidiano dos usuários de motocicletas.³

Atualmente, em São Paulo, a maioria das seguradoras recusa-se a fazer seguros de motos e quando o fazem são a preços bastante elevados. A alegação delas é a de que motos se envolvem mais em sinistros (acidentes e em situações de roubos ou assaltos).

Outra manifestação da preocupação do termo com o sentido e o significado ficou marcante quando um grupo de 21 anatomistas, membros do Comitê Federativo de Terminologia Anatômica, achou por bem modificar o nome de várias partes do corpo humano, ou seja, elaborar uma nova terminologia anatômica. Segundo estes especialistas, a intenção foi buscar uma padronização internacional.

No entanto, a preocupação com a terminologia mais apropriada vem desde o século passado, 1895, quando foi aprovada a primeira nomenclatura oficial. A lista original já foi revisada, ampliada e modificada quatro vezes. O corpo humano precisa de cerca de seis mil nomes para que todas as suas partes macroscópicas sejam descritas.

Com a atual mudança, sistema digestivo e órgãos olfativo e gustativo passariam a chamar sistema digestório e órgãos olfatório e gustatório. Isso porquê a terminação “ório” seria o local onde se dá determinado fato, sendo mais apropriado. Outras mudanças envolveriam a remoção dos epônimos, termo que leva o nome do cientista que primeiro descreveu o órgão por representar incorreções históricas. Assim, antes de Eustáquio descrever a tuba auditiva, no século XVI, os gregos já a conheciam 400 anos antes de Cristo. O ligamento inguinal, que fica na virilha, é chamado de ligamento de Falópio pelos italianos, conterrâneos de Falópio e de ligamento de Poupart pelos franceses.

Repare que a mudança dos termos, colocada pelos anatomistas, é vista de maneira ambígua pela imprensa, aqui no caso a revista *Veja*. A redatora relativiza a necessidade das mudanças, apesar de todas as evidências de que elas são necessárias:

O problema dos anatomistas é que ninguém muda nada por decreto. O nome pomo-de-adão, por exemplo, traz uma referência bíblica, sugerindo que a maçã do pecado original ficou engasgada no primeiro homem. Tendão de Aquiles remete a um mito do tempo de Homero, quando nem existiam registros escritos. Além disso, são nomes que para os leigos fazem muito mais sentido do que a proeminência laríngea ou tendão calcâneo. Mas os anatomistas não estão interessados na tradição ou na simplicidade. A questão para eles é a precisão científica e a universalização. A favor desta última, eles têm o desejo das publicações médicas internacionais de que haja uma padronização e a promessa de que elas passarão a só publicar trabalhos que utilizem o novo padrão. A pressão surtirá efeito nos meios acadêmicos. Mesmo assim, ainda devem passar muitos anos até que os jogadores de futebol chamem a rótula de seus joelhos de patela.” (VEJA, 1996: 74-75)

Repare que a jornalista-redatora imprime no texto o seu juízo de valor sobre a mudança dos termos em anatomia humana, que para ela não quer dizer grande coisa e tampouco vai interferir em sua vida.

Esses exemplos somente demonstram que alguns segmentos reconhecem a necessidade de melhor aplicação dos termos em diferentes situações, porém no cotidiano estas mudanças são questionadas, relativizadas e julgadas como desnecessárias.

Ao se buscar termos para designar adequadamente objetos, pessoas ou situações é exigido do indivíduo e do coletivo conhecimento e entendimento de contextos históricos. Esse mecanismo de reflexão pode levar a mudanças de postura. Ao chamar, por exemplo, um indivíduo de motociclista pode-se estar gerando uma nova consciência na forma de olhar quem anda de motocicleta e, ao mesmo tempo, se exigindo deste indivíduo também uma adequação de sua postura ao seu nominativo. O mesmo ocorre quando se deixa de chamar um indivíduo de “veado”, “bicha” ou “sapatão” por *gays* ou lésbicas; “aleijado”, por deficiente físico; “gordo”, por obeso; “velho”, por idoso; “aidético”, por portador de HIV ou, se estiver desenvolvendo a doença, por doente de Aids. São mudanças de nomenclaturas

que podem trazer em si, também, uma outra carga semântica e de posicionamento social.

O mais importante aqui é observar que este tipo de dinâmica na utilização dos termos e os confrontos e conflitos que eles provocam no meio social, não é algo exclusivo de termos referentes aos afro-descendentes.

2. O politicamente correto e os manuais de redação

A equivalência dos manuais de redação com as cartilhas do politicamente correto é muito aproximada. Apesar de muitos jornalistas alegarem que o politicamente correto é uma tentativa de castrar a liberdade criadora, os manuais de redação, que surgem timidamente nos anos 50 e de maneira quase que institucionalizada nos meados dos anos 80 e 90, têm na sua essência um quê de politicamente correto (neste caso, o politicamente correto jornalístico).

Neles, o jornalista encontra todas as regras necessárias para atuar. Por muitos anos, esses manuais foram criticados por se assemelharem a uma camisa-de-força, obrigando o jornalista a se adequar a qualquer preço à linguagem e linha editorial do veículo em que trabalha, com a possibilidade de perder o emprego caso assim não o fizer. No entanto, nas últimas décadas, os manuais foram organicamente sendo assimilados por gerações de jornalistas, que o têm como um norteador.

Apesar dos excessos que alguns veículos criaram sobre os seus manuais de redação, como é o caso da *Folha de S. Paulo*, que o tem como uma bíblia jornalística⁴; outros veículos, porém, o colocam de uma forma mais branda, como é o caso do *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo* (Martins, 1999).

A preocupação deste manual se afina muito mais com as questões gramaticais e o correto uso da redação do que propriamente com o adestramento do jornalista da Redação. Tanto é assim que o *Manual* tem sido adotado em escolas de Ensino Médio, das redes de ensinos público e privado, e por vestibulandos.

Apesar de abordarem a padronização jornalística, vale lembrar que os dois manuais têm naturezas diferentes. O próprio título já denuncia esta tendência. O da *Folha* recebe o nome de *Manual 'da' Redação*, enquanto o do *Estadão* vai destacar o *Manual 'de' redação e Estilo*.

Atualmente quase todos os jornais possuem um manual de redação próprio, trazendo algumas peculiaridades, relativas à linha editorial do veículo, mas muito parecidos entre si. No entanto, o pioneiro em elaborar um manual de redação mais aprimorado foi *O Estado de S. Paulo*.

É interessante perceber que nos três maiores manuais de (da) redação analisados

(*Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*; *Novo Manual da Redação da Folha de S. Paulo*; *Manual de redação e estilo de O Globo*⁵), todos eles destacam em seus procedimentos internos (Ética interna), que os veículos são intolerantes com qualquer forma de discriminação e racismo.

“A *Folha* não utiliza expressões que denotem preconceito, como bicha, sapatão, croulo, papa-hóstia”, acentua o *Manual*, da *Folha*. Em outro momento, o *Manual* destaca, ainda, no verbete “Preconceito” que “a *Folha* não qualifica ninguém por sua origem étnica, confissão religiosa, situação social, preferência sexual, deficiência física ou mental – exceto quando for relevante para a notícia”. (*Folha*, 2001: 161).

No *Manual*, de *O Globo*, é destacado o verbete “Preconceitos”, em que é colocado enfaticamente que “o jornal não acolhe as suas manifestações [de preconceitos] e só a registra em tom ostensivo de denúncia. Isso inclui preconceitos sobre etnia, nacionalidade, características físicas ou mentais, religião, preferência sexual etc.” (Garcia, 1993: 88).

O Globo ainda vai destacar que não se considera correto identificar pela sua filiação a qualquer grupo étnico, social, profissional etc. pessoas acusadas de delitos ou envolvidas em qualquer situação constrangedora.

O *Manual* ainda continua:

Pelo mesmo critério, é certo respeitar as solicitações de grupos sobre a forma pela qual devem ser tratados. Estão nesse caso, por exemplo, as reivindicações de deficientes físicos, que repudiam expressões paternalistas ou que enfatizem excessivamente suas limitações, como os diminutivos (‘o ceguinho’, por exemplo). É sempre errado falar da deficiência ou da doença como um dado da identidade da pessoa. Uma pessoa tem câncer, Aids, lepra⁶; mas não é ‘a cancerosa’, ‘a leprosa’ etc.. (GARCIA, 1993: 89)

O *Manual*, de *O Globo*, ainda chama a atenção dos jornalistas que existe o perigo de racismo involuntário: “Apesar de sua beleza, ela tinha uma cor escura’. Esse ‘apesar’ associa ‘cor escura’ a feiúra”. (*O Globo*, 1993: 93)

Em outro momento, o *Manual* vai destacar que:

Em notícia sobre estupros, diz-se que os culpados são Fulano de Tal ‘é um negro não identificado’. Considerando que no Brasil o fato de um homem ser negro não limita muito o campo dos suspeitos, a alusão cheira a racismo. Diríamos ‘um branco não identificado’? Por outro lado, como parte de uma descrição detalhada (‘um negro alto, gordo, aparentando tantos anos’, p.ex.), a referência seria aceitável. (GARCIA, 1993: 93)

O *Manual*, de *O Estado de S. Paulo*, é o que dispõe o maior número de itens rela-

tivos à Ética Interna (são dezesseis ao todo), sendo que a maioria se refere à questão de grupos minorizados.

Pense que o jornal tem leitores de todas as tendências, raças, credos e religiões. Por isso, procure sempre ser isento no noticiário, especialmente naquele que envolva questões delicadas⁷, e evite utilizar frases, alusões ou conceitos que possam melindrar as pessoas. Lembre-se de que muitos leitores de 50, 60 ou 70 anos podem considerar ofensivos termos que não causariam surpresa aos mais jovens. Esse equilíbrio de linguagem é fundamental para que o jornal continue a gozar do conceito de órgão respeitável e respeitoso para com os seus assinantes e compradores habituais. (MARTINS FILHO, 1999: 118)

Assim, o *Manual* vai destacar, no verbete raças e nacionalidades, que o jornalista:

Nunca recorra a palavras que agridam raças, nacionalidades ou tendências políticas, como *carcamano*, *comuna*, *china* (por chinês), *turco* (por árabe), *polaco*, *japa*, *gringo*, *galego*, *português* ou *lusitano* (no mau sentido), *pau-de-arara*, *cabeça-chata*, *baiano* (para qualquer nordestino), *judéu* (no mau sentido), *judiar*, *judiação*, *amarelo* (por oriental), *vermelho* (por comunista) etc.. (MARTINS FILHO, 1999: 120).

Em relação aos grupos sócio-acêntricos são destacados para cada verbete orientações específicas. Assim, para deficientes físicos, “trate com dignidade os deficientes físicos e use a palavra técnica, e não termos populares e ofensivos, para designá-los”. Para velho, “na maior parte dos casos, a palavra tem conotação preconceituosa. Se necessário, revele a idade da pessoa que ficará clara essa condição. E idoso é sempre preferível a velho”. Para homossexual, “é outro termo que só deve aparecer no noticiário se tiver relação com o fato descrito”. Para menores,

Por força de lei, menores envolvidos em crimes não poderão ter os nomes publicados no jornal (identifique-os apenas pelas iniciais⁸), nem suas fotos divulgadas (...) o *Estado* procede da mesma forma com relação a menores vítimas de atos que lhes possam trazer problemas de caráter social ou lhes acarretar discriminações (estupro, por exemplo). (MARTINS FILHO, 1999: 119-120)

Para designar afro-descendentes, o *Manual* faz uma extensa orientação. O verbete é colocado como “negro e mulato”⁹:

Se necessário, use a forma *negro* (e nunca preto, colored, pessoa de cor, crioulo, pardo etc.). *Mulato* e *mulata* são aceitáveis quando se justificar a especificação, na notícia, da cor da pele da pessoa. No noticiário policial, só faça referência a negro quando se tratar de pessoa procurada: *A polícia procura dois homens negros e um branco, acusados de...* Nos demais casos, raramente há necessidade de falar em brancos, negros ou mulatos. No noticiário geral, a palavra só tem sentido se a própria pessoa se referir a ela ou se houver uma denúncia de dis-

criminação racial. Por isso, não descreva um jogador, artista ou personalidade como, por exemplo: *João da Silva, 32 anos, negro* (a menos que o personagem proclame a sua negritude). A única exceção seria para casos muito incomuns (o primeiro presidente negro de um país, o primeiro cardeal negro etc.) O *Estado* não compactua com casos de racismo e os denuncia sempre. (MARTINS FILHO, 1999: 119)

Dessa forma, é possível observar que os princípios do politicamente correto ou um esmerado cuidado ao abordar grupos sócio-acêntricos tem se constituído em preocupação dos veículos. No entanto, nem sempre essas orientações são seguidas. São muitos casos flagrantes de exposição de indivíduos pertencentes a esses grupos. Porém, é possível perceber que nesta última década tem diminuído substancialmente estes tipos de ocorrências, enquanto forma. Porém, enquanto conteúdo, ainda são freqüentes.

Referências

- BASTIDE, Roger. Estereótipos de negros através da literatura brasileira. In: *Boletim de Sociologia*. São Paulo: FFLCH-USP, 1953.
- BEARD, Henry e CERF, Christopher. *Dicionário do politicamente correto*. SP: L&PM Editores. 1994.
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário das relações étnicas e raciais*. SP: Summus. 2000.
- FERREIRA, Ricardo Alexino. *A representação do negro em jornais no Centenário da abolição da escravidão no Brasil*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) - ECA, Universidade de São Paulo.
- _____. *Olhares negros: estudo da percepção crítica de afro-descendentes sobre a imprensa e outros meios de comunicação*. São Paulo: ECA-USP. Tese (Doutorado). 2001.
- _____. *Os critérios de noticiabilidade da mídia impressa na cobertura de grupos sócio-acêntricos em abordagem etnomidialógica*. São Paulo: ECA-USP. Tese Livre-docência. 2011.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*. SP: Educ/Fapesp. RJ: Pallas. 2000.
- FOLHA DE S. PAULO. *Manual Geral da Redação*. SP: Folha de S. Paulo. 1ª edição. 2001.
- FOLHA DE S. PAULO. *Projeto editorial 1997: Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático*. SP: Folha de S. Paulo. 17 de agosto de 1997. p. 1-8; 1-9. Brasil.
- GARCIA, Luiz. *Manual de redação e estilo de O Globo*. 17ª ed. SP: Globo. 1993.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. "O homem cordial". In: *Raízes do Brasil*, 25ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MARTINS FILHO, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. SP: O Estado de S. Paulo/Moderna. 1999.
- SCLIAR, Moacyr. Introdução. In: BEARD, Henry e CERF, Christopher. *Dicionário do politicamente correto*. SP: L&PM Editores. 1994.
- SOARES, Luiz Eduardo. *O politicamente correto, as culturas políticas e o processo civilizador*. SP: Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), 5 de dezembro de 1997. (Mimeo).
- VARELLA, Flávia. O corpo rebatizado. In: *Veja*. Edição 1.439. p.74-75. 10 de abril de 1996.

Notas

¹ Augemotos. <http://www.augemotos.com.br/dica.htm>. 27 de dezembro de 2000.

² Assim são colocados os termos no *Dicionário Aurélio*: 1. *Motociclista*. S. 2 g. Pessoa que anda em motocicleta ou motociclo. [Sin., pop.: motoqueiro]; 2. *Motoqueiro*. [De motoca + eiro]. S.m. Brás. Pop. Motociclista. [cf. mutuqueiro]. (Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. 32ª impressão. RJ: Nova Fronteira. 1986. p. 1.164).

³ Durante muitos anos pilotei motocicleta e lembro-me de uma situação bastante incomum (ou, conforme o olhar, comum) que me ocorreu há alguns anos. Um carro particular atropelou-me, enquanto conduzia a moto, e fugiu sem prestar socorro, o que não me impediu de ter tempo de anotar o número das placas. Ao chegar na 93ª Delegacia de Polícia, na cidade de São Paulo, insisti com o escrivão para que lavrasse a ocorrência. O delegado de Plantão, meneando a cabeça em sinal de desaprovação, logo foi dizendo “esses motoqueiros...”. Ao que imediatamente retruquei no mesmo tom: “motoqueiro não, motociclista”. Ao me posicionar desta forma, percebi que o seu olhar e a sua postura modificaram. Ao motoqueiro era possível desaprovar qualquer que fosse o seu ato, mesmo quando fosse a vítima. Ao motociclista, não.

Nesta mesma delegacia, uma outra situação me chamou a atenção. Ao fazer a ocorrência, com certa má-vontade, o escrivão foi me perguntando dado por dado como endereço, profissão e outras informações. Terminado o questionário, feito ao computador, foi-me entregue a ocorrência para assiná-la. Ao conferir os dados para a assinatura, fui surpreendido ao ver no item “cor da pele”, a designação “branca”. Aleguei ao escrivão que havia uma incorreção, pois a minha “cor da pele” é negra.

Foram necessários vários minutos para eu convencê-lo que eu não era branco. A resistência em modificar se deu não porque os meus traços fenotípicos deixavam alguma dúvida que eu sou afro-descendente, mas a minha posição sócio-cultural, sim.

O ter uma motocicleta nova, ser profissional de curso superior e ter um linguajar característico me desqualificavam enquanto negro e me legitimavam enquanto branco. Perceba que o escrivão nem mesmo utilizou-se do termo “pardo” nesta situação. No entanto, ele somente me considerou “branco”.

⁴ A *Folha de S. Paulo* superestimou durante muitos anos o seu Manual da Redação [Folha de S. Paulo. *Manual Geral da Redação*. SP: Folha de S. Paulo. 1ª edição. 1984], que já se encontra em sua décima edição (atualmente recebe o nome de *Novo Manual da Redação*). O primeiro foi lançado em 1984. No entanto, a *Folha* tem percebido o equívoco de se colocar o *Manual* como a essência do jornal, já que ele deve ser visto apenas como um elemento norteador. O equívoco foi parcialmente desfeito quando o veículo resolveu dar ênfase ao jornalismo em algo mais substancial, desenvolvendo então o *Projeto Editorial 1997* [Folha de S. Paulo. “*Projeto Editorial 1997*: Caos da informação exige jornalismo mais

seletivo, qualificado e didático. São Paulo, 17 de agosto de 1997.p. 1-8]. Nele está presente toda uma discussão sobre o papel do jornalismo da *Folha* na atualidade, envolvendo desde procedimentos profissionais até a padronização do veículo.

⁵ Garcia, Luiz. *Manual de redação e estilo de O Globo*. 17ª edição. SP: Globo. 1993.

⁶ Atualmente, é aconselhado que o termo *lepra* seja substituído por *hanseníase*. Este termo é uma variante do nome do médico norueguês Gerhard Armauer Hansen (1814-1912), que descreveu em 1874 os sintomas de infecção crônica provocada por uma microbactéria (*Mycobacterium leprae*). Neste caso o doente de hanseníase seria hanseniano.

⁷ Ao destacar “questões delicadas” o jornal está permitindo supor que abordar grupos minorizados é algo melindroso.

⁸ Atualmente o Estatuto da Criança e Adolescente também prevê proibição de iniciais na menção de crianças ou adolescentes em textos jornalísticos que os desfavoreçam, os associem a situação de violência e crime ou que os coloquem em situações de risco.

⁹ Este tipo de indefinição do que seria negro e mulato, colocados como termos de esferas diferentes, não é propriamente culpa do veículo. O próprio IBGE faz este tipo de confusão, quando atribui que negro seja uma categoria e mulato outra. Nesta tese de doutorado, conforme já mencionado anteriormente, serão utilizados os termos afro-brasileiro, afro-descendente e negro. Ao utilizar o termo negro, deve-se pensar que ele agrupa diferentes características fenotípicas (envolvem os indivíduos que possuem uma tez mais escura ou menos escura ou mulatos). O termo negro é mais limitante enquanto conceito do que os outros dois termos, que embarcam diferentes indivíduos independente da cor da pele. Por esse motivo, é errado conceitualmente classificar “negro e mulato”, tornando-se uma redundância.